



plano
Metropolitano
RMBH

Integrando forças para um planejamento permanente e compartilhado





Plano Diretor de Desenvolvimento Integrado da RMBH

Planejar é uma aposta no futuro, e a Região Metropolitana de Belo Horizonte – RMBH – precisa ser pensada em conjunto, integrando as questões sociais, econômicas e ambientais na busca da sua transformação em um melhor lugar para se viver. Criar soluções compartilhadas, por meio do diálogo com os cidadãos metropolitanos – agentes políticos, gestores públicos, técnicos, sociedade civil organizada, setor acadêmico, entidades empresariais e de trabalhadores, associações comunitárias e de classe, conselhos municipais, demais movimentos sociais e populares –, é o objetivo central do processo participativo do plano metropolitano da RMBH. A sociedade detém conhecimentos importantes sobre a organização, produção e gestão do espaço, e deve se constituir, da forma mais abrangente possível, em sujeito e protagonista do seu próprio planejamento. É pressuposto do processo de mobilização social para construção do planejamento metropolitano o 'aprendizado social', ou seja, o processo mútuo de aprendizado entre os planejadores e a sociedade. A proposta é mobilizar toda a sociedade metropolitana para identificar, reconhecer, discutir e propor ações para a melhoria do espaço em que vive.

Para transformar essa concepção em realidade, a Universidade Federal de Minas Gerais – UFMG constituiu uma equipe multidisciplinar, com especialistas de diferentes áreas, atuando de forma integrada e complementar, envolvendo outras instituições acadêmicas (PUC Minas e Universidade do Estado de Minas Gerais – UEMG) e consultores externos. Tendo como pressupostos a construção de um sentido de solidariedade e de identidade metropolitana e o (re)envolvimento das populações com seus territórios, estão sendo realizados estudos para identificar políticas e projetos prioritários, com a elaboração de planos específicos, contemplando programas e ações estruturantes e construindo um processo de planejamento metropolitano permanente, que oriente o Sistema de Gestão Metropolitano.

Esse processo de planejamento compartilhado tem como ênfase o reordenamento territorial e a redução das desigualdades socioespaciais da RMBH, considerando estruturantes a mobilidade metropolitana, a habitação e as centralidades urbanas. E tem como principal referência a construção de um sentido de cidadania metropolitana que contribua para a integração entre os 34 municípios, implicando maior coesão entre os municípios, a sociedade civil e o poder público, articulando a RMBH com o espaço estadual e fortalecendo seu papel como centro de comando em Minas Gerais.



Coordenação colegiada e áreas temáticas transversais

Para conduzir um trabalho de tamanha complexidade, envolvendo diversos especialistas e departamentos em várias universidades, foi instituída uma coordenação colegiada, sob a coordenação geral do Centro de Desenvolvimento e Planejamento Regional – Cedeplar – da UFMG. Na coordenação colegiada participam os coordenadores de três núcleos temáticos (desenvolvimento econômico, desenvolvimento social e desenvolvimento ambiental), um coordenador territorial e um de concertação institucional.

As equipes foram aglutinadas em dez áreas temáticas transversais, que tratam de questões interrelacionadas, que por sua vez são submetidas ao olhar dos três núcleos temáticos, de forma a assegurar que contemplem em seu escopo as vertentes econômica, social e ambiental.

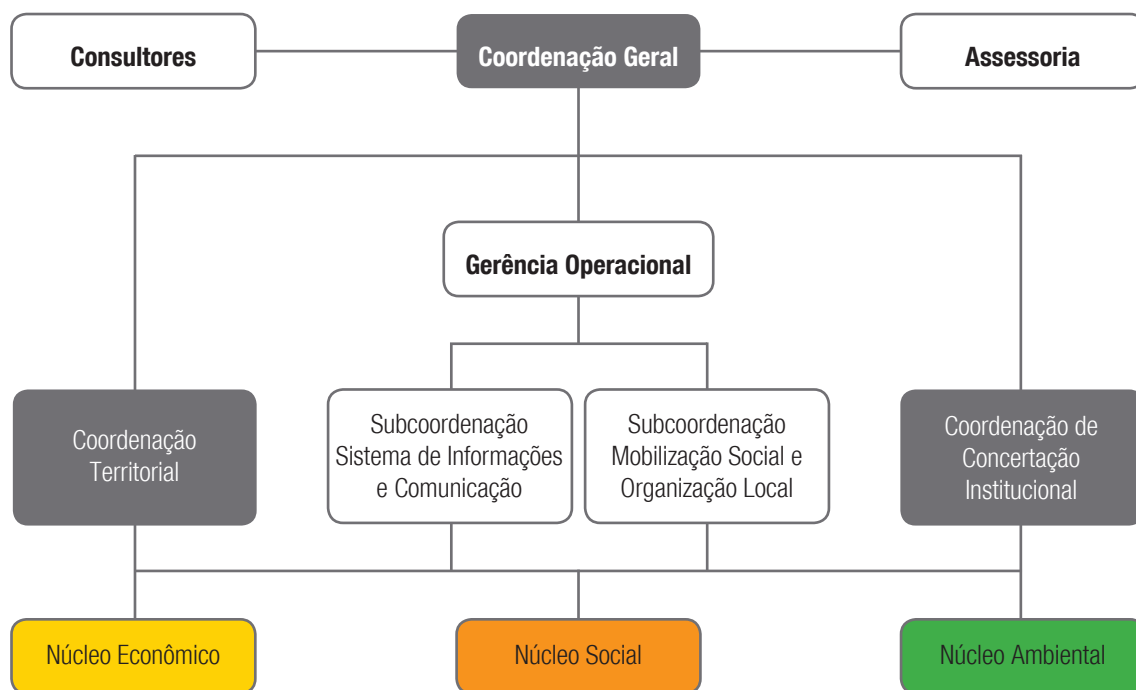
A Coordenação Territorial garante, por sua vez, que as propostas de todos os eixos temáticos sejam conduzidas sob uma ótica de organização territorial, nas escalas metropolitana e microrregionais. Devem ser consideradas as potencialidades e restrições naturais, as estruturas existentes, a identidade local e os projetos estruturantes do espaço metropolitano previstos ou em andamento pelo poder público e iniciativa privada.

A Coordenação de Concertação Institucional busca garantir que haja interação constante entre as etapas técnicas de elaboração e as etapas de participação dos vários atores envolvidos, equilibrando o quanto possível as tendências e demandas dos setores técnico, social e político-administrativo. Essa interação implica assegurar a compatibilidade entre as propostas técnicas e as demandas de todos os atores, priorizando-as dentre as alternativas possíveis.

O objetivo é, portanto, integrar o conhecimento técnico ao espaço e ao contexto político e social, para a construção de uma RMBH melhor para se viver.

As dez áreas temáticas estabelecidas apresentam linhas de ação específicas, que serão debatidas durante o processo de elaboração do Plano Metropolitano da RMBH.

Estrutura de coordenação e áreas temáticas transversais



ADAMS - Aspectos demográficos e ambientais da demanda social
CAC - Complexos ambientais culturais
CEAT - Cultura, educação, segurança alimentar, trabalho e renda
CIPLAG - Capacidade institucional de planejamento e gestão
ETC - Estrutura produtiva, conhecimento, tecnologia e alternativas energéticas
HVQ - Vida Cotidiana, habitação e qualidade de vida
MCT- Mobilidade urbana, comunicações, transportes e sistema viário
RIVS - Risco socioambiental, vulnerabilidade social e segurança pública
SMARHS – Saúde, meio ambiente, recursos hídricos e saneamento
USDEC - Uso do solo, dinâmica imobiliária e escalas de centralidades metropolitanas



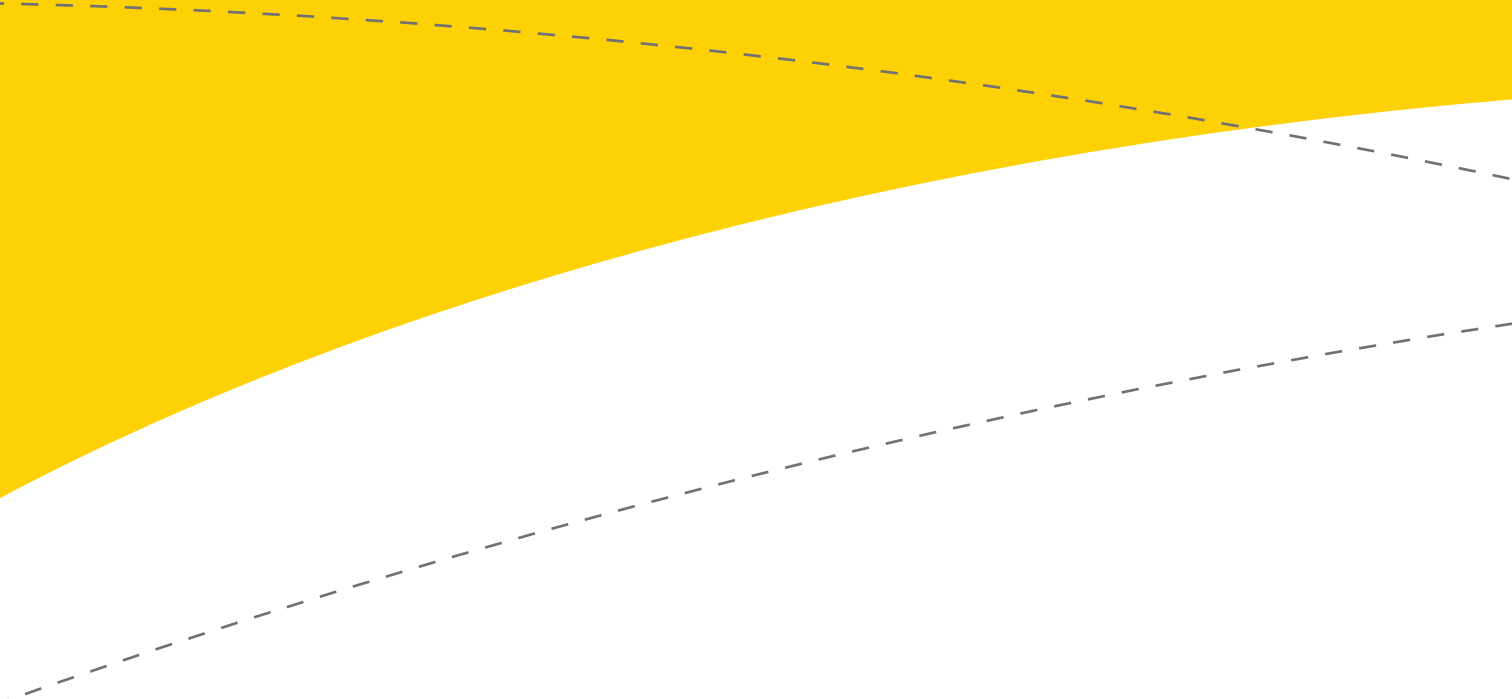
Aspectos demográficos e ambientais da demanda social

Nas últimas décadas, a população brasileira tem passado por mudanças demográficas importantes. De uma distribuição etária quase estável e muito jovem nos anos 1970, a composição etária da população tem mudado gradativamente para uma maior concentração da população em grupos de idade mais avançada. Essa transformação na estrutura etária da população tem efeitos importantes sobre as condições socioeconômicas da população e a qualidade de vida em geral, afetando diretamente a demanda e a oferta por serviços de saúde e educação, além de ter grande impacto sobre o mercado de trabalho e a produtividade das economias.

Os trabalhos dessa área temática abordarão questões sobre os impactos das mudanças demográficas (migração, mudança na estrutura etária, transição de saúde, transição educacional e força de trabalho) na elaboração e aplicação de políticas públicas. Serão avaliadas a evolução passada e a perspectiva futura da dinâmica demográfica (comportamentos da fecundidade, mortalidade, morbidade, migração e mobilidade), assim como a estrutura populacional resultante desse processo, que contribuirá para definir potenciais intervenções nas políticas públicas. As áreas preferenciais de análise, sob a perspectiva da dinâmica demográfica, serão: saúde, educação, mercado de trabalho, acesso a infraestrutura (saneamento e transporte), habitação e qualidade ambiental (espaços de lazer, preservação ambiental e população em áreas de risco ambiental e social). A análise considerará a dinâmica domiciliar e familiar, uma vez que grande parte das demandas sociais e das decisões de investimento em saúde e educação é tomada coletivamente, nas famílias.

Sob a evidência de que a elaboração de cenários sociais e populacionais é importante para a avaliação das condições de vida da população e para as intervenções de políticas públicas, os estudos buscarão caracterizar a capacidade de adaptação e o nível de vulnerabilidade da população no espaço e no tempo, contribuindo para identificar grupos populacionais em situação de fragilidade que possam ser atendidos por políticas de intervenção direcionadas.

Adicionalmente, sabe-se que mudanças na estrutura etária das populações caminham junto com mudanças no seu perfil epidemiológico. Esse fato altera a oferta de serviços distinta em populações idosas, que convivem com perfil de morbidade diferenciado. Logo, torna-se importante avaliar a evolução das causas de mortalidade e morbidade da população, assim como os locais em que os indivíduos buscam atendimento médico e as mudanças que venham afetar essa interação oferta e demanda por via da dinâmica demográfica.



Os campos da pesquisa serão agrupados em grandes áreas: demografia, economia, uso da terra, fornecimento de água, capacidade produtiva agrícola e produção de energia, considerando os tópicos centrais: (i) projeção da população da RMBH por idade e sexo; (ii) projeção municipal; (iii) projeção de domicílios e da estrutura domiciliar; (iv) análise da mobilidade espacial na RMBH; (v) avaliação das condições e qualidade de vida da população da RMBH.



Complexos ambientais culturais

A área temática complexos ambientais culturais é responsável pelo estudo de conjuntos paisagísticos e suas respectivas áreas de influência na RMBH: quadrilátero ferrífero, carste e depressão belorizontina. O objetivo é qualificar esses conjuntos e, assim, oferecer subsídios para o desenvolvimento de ações voltadas para a proteção, a gestão e o planejamento de complexos ambientais culturais.

O estudo será conduzido para atender três funções relacionadas à manutenção da qualidade das paisagens. A primeira refere-se à proteção e tem por objetivo à manutenção dos significados e da integridade da paisagem, através da aplicação de instrumentos legais de conservação. A segunda refere-se ao planejamento da paisagem e visa à recuperação dos espaços fortemente deteriorados, integrando-os ao ambiente urbano, de maneira a atender às aspirações da população envolvida. A terceira diz respeito à gestão e propõe a elaboração de diretrizes para o licenciamento e monitoramento das diferentes formas de uso e apropriação da paisagem.

A criação desses complexos e a gestão do uso público dos conjuntos paisagísticos poderão ampliar o acesso do cidadão aos bens patrimoniais, contribuindo para a formação de uma identidade metropolitana. A valorização dos conjuntos poderá favorecer, ainda, a criação de novas centralidades metropolitanas, capazes de revelar vocações turísticas e de lazer próprias, reduzindo os efeitos negativos vinculados aos usos econômicos desses espaços, contribuindo, assim, com a recuperação de parte do patrimônio cultural da RMBH e, principalmente, com a melhoria da qualidade de vida das populações localizadas nas áreas de influência desses futuros complexos.



Cultura, educação, segurança alimentar, trabalho e renda

O estudo desta temática propõe identificar a estrutura de equipamentos e serviços existentes na Região Metropolitana de Belo Horizonte. A proposta visa a coletar e organizar dados, bem como a gerar outras informações, por meio da consulta direta aos diferentes sujeitos sociais e setores institucionais envolvidos, para compor o diagnóstico, a formulação de diretrizes e elaboração de proposições, com o objetivo de localizar lacunas relativas à demanda e à qualidade dos equipamentos e serviços. A intenção é buscar elementos locais capazes de orientar ações que promovam a integração socioespacial de equipamentos, programas, iniciativas e políticas, em uma perspectiva metropolitana.

Assumindo um ponto de vista que parte da cultura para a educação, a oferta escolar deverá ser interpretada dentro dos fluxos que compõem o território, em interação com os demais equipamentos coletivos existentes. A ideia é conjugar variáveis que expressem as relações sociais que incidem no desempenho escolar. A cultura será o eixo articulador deste trabalho, compreendida como expressão dos modos de vida no território. Considerando os diferentes modos de participação e inserção socioeconômica dos municípios, com possibilidades de potencialização do ciclo cultura-formação-renda.

A segurança alimentar e nutricional é vista como direito humano à alimentação, no qual as particularidades culturais devem ser respeitadas. Assim, buscará identificar e valorizar as iniciativas de agricultura urbana, periurbana e familiar e associá-las ao pequeno negócio que transforma e comercializa alimentos, tendo em conta o ciclo da produção, distribuição, acesso e consumo de alimentos. A intenção é ampliar e consolidar a implementação das políticas de segurança alimentar e nutricional para toda a RMBH.

No que diz respeito à geração de trabalho e renda, serão valorizadas experiências cotidianas no âmbito da produção de bens e serviços, explorando renda monetária e não monetária. Serão identificadas populações em situação de exclusão, buscando valorizar experiências e potencialidades de cada grupo, articulando capacidade de oferta, acesso aos mercados e demanda potencial.



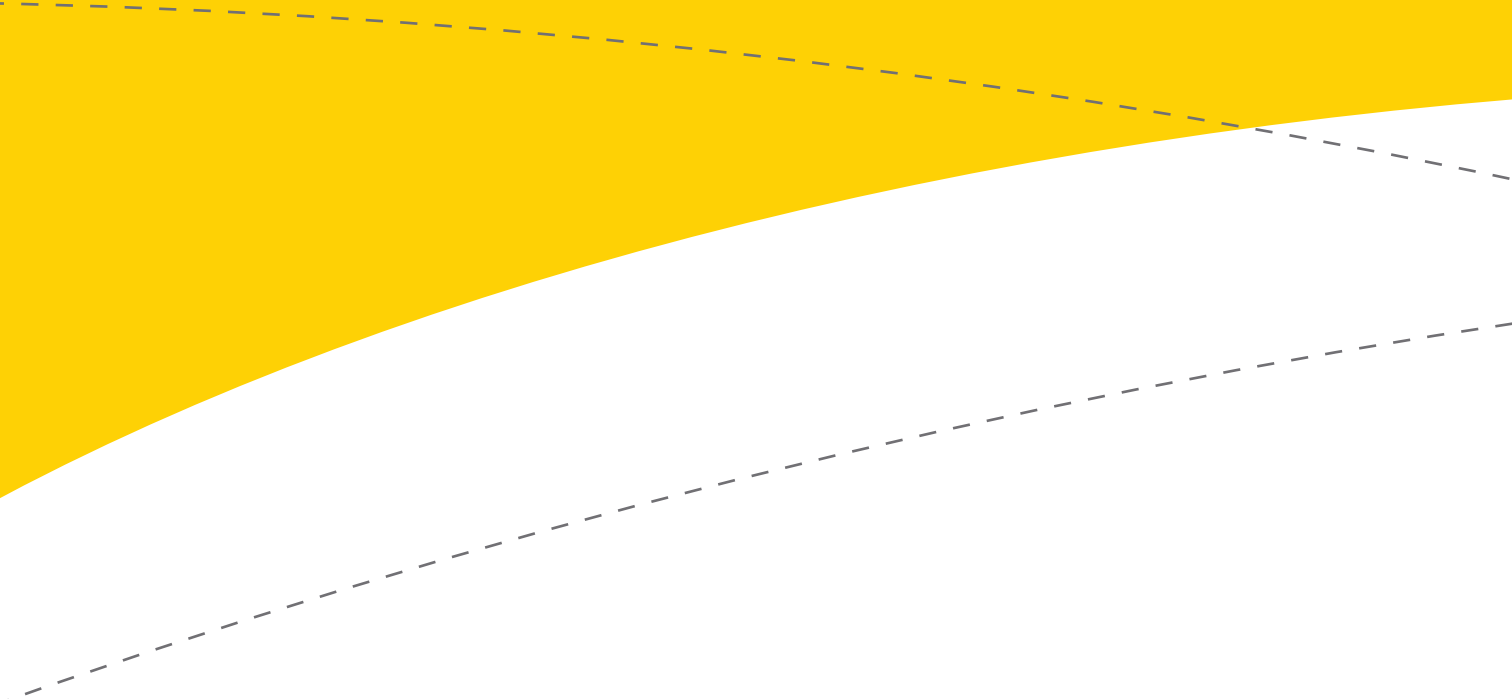
Capacidade institucional de planejamento e gestão

Esta área temática busca averiguar a capacidade institucional dos atores que intrinsecamente são metropolitanos perante a ideia da cidade-metrópole. Nesse contexto, é fundamental destrinchar tal ideia e quais suas implicações em termos de valores e capacidades, tanto dos cidadãos, vereadores e prefeitos quanto dos agentes estaduais.

O desafio posto para esta área temática pode ser sintetizado na necessidade de levantar as condições e capacidades de governança das metrópoles para além dos arranjos políticos institucionais necessários para dar sustentação parlamentar aos governos. Devemos investigar as capacidades de planejamento e gestão tanto nas esferas municipais quanto nos arranjos colegiados, visando a mapear o posicionamento dos atores metropolitanos institucionais na cidade que transcende o território municipal e que é preponderante na vida dos cidadãos.

As instituições de governo dependem de organização e procedimentos técnicos, do estabelecimento de prioridades em seu funcionamento e do desenvolvimento dos recursos humanos ali investidos. Porém, o ambiente institucional só se consolida a partir da habilidade de um governo para formular, coordenar e avaliar políticas públicas, definir e exercer um projeto de governo, manejando seus recursos de poder, buscando apoio na sociedade e garantindo a legitimidade para a execução de seus programas. Nessa abordagem a capacidade institucional é o direito à cidade, o que significa entender o ambiente institucional, considerando os conceitos de inclusão social / consciência metropolitana e a discussão sobre identidades locais e metropolitanas.

Entende-se capacidade institucional de um município, por um lado, como capacidade administrativa para a implementação dos instrumentos de política urbana previstos na legislação. Por outro lado, como capacidade política para a articulação metropolitana. Um governo deve elaborar estratégias de ação, estabelecer metas, esforços para garantir a coerência e sustentabilidade das intervenções, identificar as causas dos problemas sociais e urbanos, as novas situações e as alternativas para solucioná-los. Sobre a capacidade institucional dos municípios, perguntamos: quais são os arranjos



institucionais, organizacionais e as parcerias institucionais que visam a sua articulação com outros municípios da RMBH? Quais são os canais e as experiências de participação de atores não governamentais em ações da administração local? Como são tomadas as decisões e como se garantem as condições políticas e institucionais para sua implementação?

Propõe-se avaliar a capacidade de municípios para a gestão compartilhada em nível metropolitano e o potencial dos instrumentos existentes de planejamento e gestão; avaliar a capacidade de investimento dos municípios; analisar planos diretores e a legislação dos municípios, com vistas a identificar diagnóstico e propostas para desenvolvimento econômico e geração de emprego e renda, mobilidade, transportes e sistema viário, habitação, regularização fundiária e preservação ambiental.



Estrutura produtiva, conhecimento, tecnologia e alternativas energéticas

Alguns estudos sobre a estrutura urbano-regional brasileira afirmam existir um “polígono de transbordamento” no entorno das duas grandes aglomerações urbanas brasileiras: a Região Metropolitana de São Paulo e a do Rio de Janeiro, sendo a Região Metropolitana de Belo Horizonte (RMBH) um dos vértices fracos desse polígono. Apesar da RMBH se localizar em uma área estratégica, que fica em um dos vértices da rede nacional de transportes e próximo a grandes mercados, sua capacidade de desenvolvimento foi severamente prejudicada pela presença polarizadora das regiões metropolitanas paulista e carioca. Outro fator agravante é que seu entorno polarizado é pobre e de pequena escala econômica.

Esta área temática busca fomentar ações, programas e intenções capazes de recolocar a RMBH como uma opção locacional e diferenciada, possibilitando a atração de novos investimentos. Essas intervenções devem objetivar:

- 1- repensar o desenvolvimento produtivo da RMBH em suas diferentes dimensões a partir de sua experiência recente e perspectivas futuras, de forma a transformá-la em um dos vértices fortes do polígono composto por São Paulo e Rio de Janeiro;
- 2- reduzir as atuais disparidades intrametropolitanas e a fragmentação socioeconômica;
- 3- ampliar a escala urbana da RMBH com uma maior articulação com seu entorno, como, por exemplo, com o denominado Colar Metropolitano;
- 4- criar novos nichos de desenvolvimento econômico, social e ambiental, de forma a criar novas centralidades;
- 5- atrair e consolidar indústrias de alta tecnologia e limpas (por exemplo, biotecnologia, tecnologia de informação e comunicação (TIC), nanotecnologia, aeroespacial, indústrias criativas e culturais, serviços complexos modernos, tecnologias energéticas da biomassa com aproveitamento de resíduos sólidos, fotovoltaica, solar-térmica);
- 6- utilizar energias e materiais renováveis que contribuam para mitigar impactos climáticos negativos. O grande desafio que se coloca é reforçar a centralidade macrorregional da RMBH de forma a torná-la um dos vértices do triângulo primaz do sistema metropolitano do Brasil, constituído por São Paulo, Rio de Janeiro e Belo Horizonte.



Vida cotidiana, habitação e qualidade de vida

O direito à cidade inclui o direito de cada cidadão refletir, discutir e transformar o espaço de sua vida cotidiana, tendo acesso aos recursos necessários para isso, seja individual ou coletivamente. Esse direito tem sido negligenciado. Mais de 70% da população gera seus próprios espaços cotidianos, particularmente a moradia, mas sem apoio financeiro, técnico e jurídico. Inversamente, tais recursos só se tornam acessíveis para quem estiver disposto a se submeter a empreendimentos públicos ou privados nos quais perde qualquer poder de decisão.

Mudar essa situação pressupõe diferenciar entre a escala micro local (a casa, o condomínio, a vizinhança, o bairro) e escalas mais abrangentes (o município, a região, a metrópole). Autonomia nas decisões que afetam apenas determinado espaço micro local é um direito das pessoas que o habitam. O planejamento metropolitano tem o papel de remover os obstáculos a essa autonomia na produção do espaço cotidiano e garantir os limites nos quais ela possa se desenvolver, articulando-se com normas e diretrizes de escalas mais abrangentes sem ser dominada por elas.

Na RMBH existem, hoje, mais de 200 mil famílias carentes de infraestrutura urbana e mais de 100 mil sem moradia, além daquelas que pagam aluguéis excessivamente altos, ocupam habitações precárias ou pequenas demais ou estão em situação fundiária irregular. E mesmo famílias que dispõem de uma moradia regular e de boa qualidade, muitas vezes, estão em locais carentes de transportes públicos, equipamentos coletivos ou oportunidades de trabalho, comércio, cultura, educação e lazer. Ao mesmo tempo, existem mais de 140 mil domicílios vagos.

Relacionar esse quadro de necessidades habitacionais ao pressuposto da autonomia na escala micro local significa criar novos instrumentos para: (i) melhorar o estoque habitacional existente e o espaço urbano a que pertence, favorecendo intervenções adequadas à autogestão, à economia social e às peculiaridades de cada lugar; (ii) mobilizar o estoque vago, intensificando o uso de áreas bem providas de infraestrutura e oportunidades; (iii) disponibilizar terrenos urbanizados para o uso habitacional e a produção de unidades novas em diferentes modalidades de gestão e construção, a serem decididas pelos futuros moradores.



Mobilidade, comunicações, transportes e sistema viário

A mobilidade na Região Metropolitana de Belo Horizonte é um tema que merece uma atenção especial, pois interfere na rotina das pessoas em seus deslocamentos diários, cada vez mais críticos. Vias congestionadas, poluição ambiental e falta de regularidade e confiabilidade no sistema de transporte público causam impactos negativos no desenvolvimento econômico e social da região. Isto é resultado do crescimento desordenado das cidades, sem o devido planejamento, sem a necessária integração transporte x uso do solo, além do aumento acelerado da frota de veículos particulares. Enquanto a população da RMBH cresceu 13,5% no período 2001-2009, a frota geral de veículos, principalmente motos e veículos privados, cresceu 76,6%, sem o devido investimento na infraestrutura e no sistema de transporte público e sem uma política que promovesse a integração dos diversos meios de transporte e a necessária racionalização do sistema.

Como resultado, a região tem apresentado distorções no sistema de transportes metropolitano, o que tem afetado a mobilidade de pessoas e mercadorias. Esse quadro é agravado com a falta de planejamento integrado e a desarticulação entre os diferentes níveis de gestão pública de sistemas de transporte e trânsito nas esferas municipal, estadual e federal.

Diante dessa realidade e a partir de um diagnóstico atualizado, a temática Mobilidade na RMBH irá traçar um conjunto de estratégias para solucionar o problema em um horizonte de 20 anos. O trabalho será desenvolvido em articulação com outros setores ligados ao desenvolvimento urbano e metropolitano e com a sociedade civil, considerando:

- 1. definição dos objetivos da política de transportes;**
- 2. a visão futura da Região Metropolitana;**
- 3. definição e escolhas de estratégias;**
- 4. o Plano Integrado de Transportes para 2023.**

A proposta visa à definição de políticas, programas e projetos, de forma a tornar mais eficiente a circulação de pessoas e de cargas na região metropolitana, buscando a sustentabilidade e maior inclusão social.



Risco socioambiental, vulnerabilidade social e segurança pública

A área temática risco socioambiental, vulnerabilidade social e segurança pública se coloca, dentro do Plano Metropolitano, como um instrumento estratégico para possibilitar uma inversão de prioridades das políticas públicas, privadas e comunitárias da RMBH. O objetivo é fundamentar políticas voltadas para reduzir os riscos e vulnerabilidades existentes na região e melhorar as condições ambientais, econômicas e sociais, em especial a segurança e saúde públicas.

O trabalho será desenvolvido em três etapas. Na primeira etapa, será realizado um diagnóstico da Região Metropolitana, baseado em indicadores objetivos e subjetivos referentes ao meio ambiente, à educação, ao trabalho, à renda, à habitação, à saúde, à violência, ao lazer, ao sistema de transportes, à mobilidade urbana, e à infraestrutura viária, entre outros. A seguir, serão analisadas as interações entre a qualidade de vida tal como ela é percebida pela população (indicadores subjetivos), a estrutura de oportunidades (especialmente as ofertas) e a situação social da população, medida com informações populacionais. A partir dessa análise, serão elaboradas proposições de políticas visando à redução das desigualdades socioambientais-espaciais, através da implantação de mecanismos de atenção e prevenção de situações de vulnerabilidades-riscos e promoção do desenvolvimento humano sustentável.

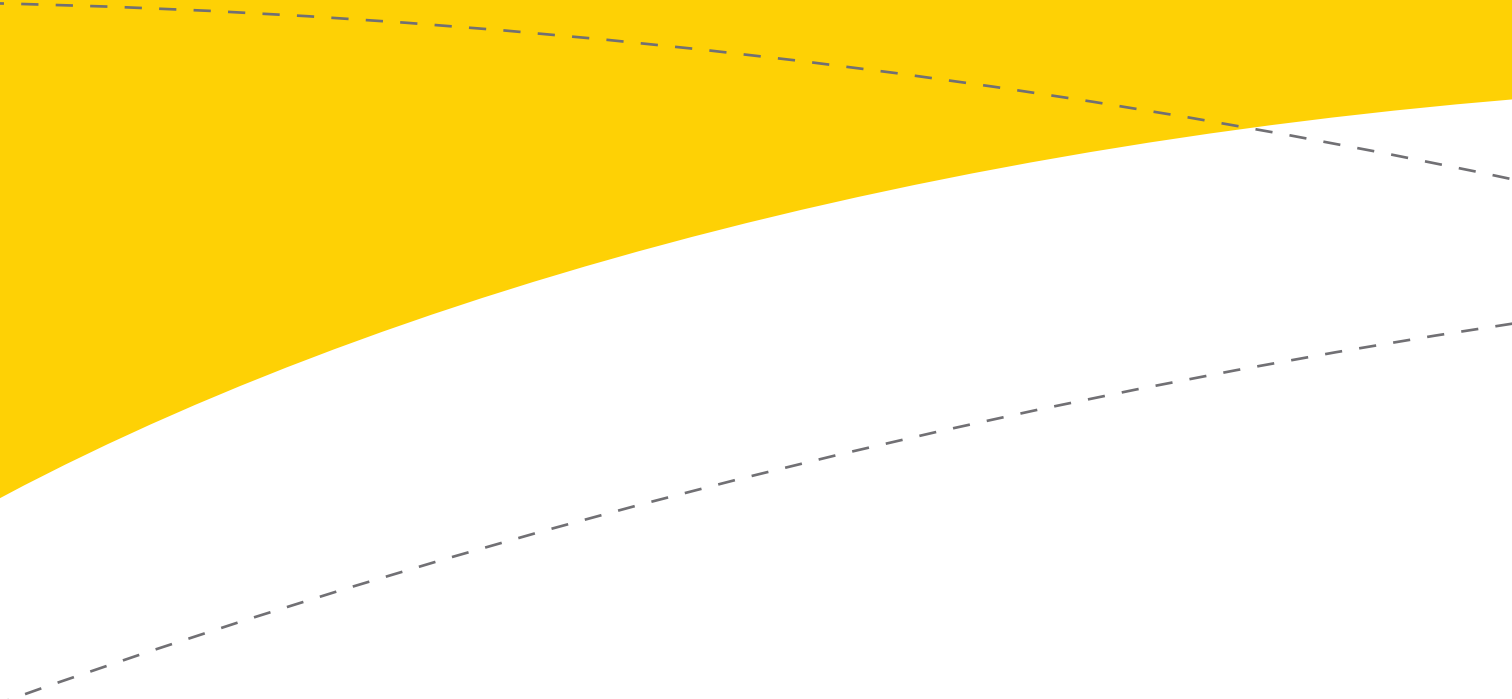
Dessa forma, a área temática buscará facilitar a implementação de um modelo de Governança Metropolitana, em que as demandas da população possam ser atendidas por meio de uma resposta metropolitana interescalar articulada, que integre os aspectos das comunidades locais, dos bairros e distritos, mas também esteja articulada com as escalas nacional, internacional e global.



Saúde, meio ambiente, saneamento e recursos hídricos

As áreas urbanas exercem fortes pressões sobre os recursos naturais, tanto em termos de insumos (água, solo, energia) quanto na forma de resíduos (resíduos sólidos, esgotos sanitários e industriais, poluição difusa de origem pluvial). A urbanização produz alterações significativas em termos de geração de escoamentos, influências locais sobre o regime de precipitações, formação de ilhas de calor e interferências sobre a circulação do ar, deterioração da qualidade de água dos meios receptores (córregos, rios, lagos), fortes interferências na paisagem, aumento de riscos de inundação e à saúde, entre outros impactos. Políticas adequadas para o uso do solo, ações de saneamento e de gestão de recursos hídricos apresentam um elevado potencial para mitigar esses impactos, podendo conduzir a um desenvolvimento urbano sustentável. Ações desse tipo repercutem-se de forma muito positiva sobre a saúde das populações, em razão de seu caráter preventivo, sobre a qualidade ambiental, sobre a redução de riscos “naturais” (inundações, saúde, deslizamento de encostas) e sobre a proteção do meio.

Os trabalhos desta área temática abordarão questões relacionadas à prestação dos serviços de saneamento (cobertura dos serviços e qualidade do atendimento, política tarifária e capacidade de pagamento, desempenho operacional, modelos de gestão, governança e controle social, economia de escala e formação de massa crítica para a gestão dos serviços na escala metropolitana), e às ações e instrumentos de gestão do saneamento com fins de proteção ambiental (economia de água e energia, controle de perdas de água nos sistemas de distribuição, fontes alternativas e reúso de água, proteção de mananciais, conflitos entre uso de solo e da água, sistemas de esgotamento sanitário, tratamento de efluentes e proteção de meios receptores, limpeza urbana, coleta, transporte, tratamento e destino de resíduos sólidos, ações de redução e de recuperação de resíduos, saúde preventiva). Serão igualmente considerados os aspectos do adensamento e da expansão urbana na escala metropolitana e seus reflexos sobre os recursos hídricos (pressões de demanda, processos erosivos e outras fontes de poluição), a geração de resíduos sólidos (tipos, transporte e fluxos na RMBH), a ocupação de zonas de risco (sanitário e à saúde, deslizamento de encostas, inundações), as pressões sobre a infraestrutura de saneamento existente. Será avaliado o papel das áreas verdes e das áreas de proteção ambiental como fatores de melhoria da qualidade ambiental e de redução dos riscos “naturais”.



Entre as principais propostas da área temática encontram-se: (i) a universalização do atendimento dos serviços de saneamento e o aprimoramento da governança das águas na RMBH; (ii) a gestão integrada de águas urbanas: integração entre subsetores (água, esgotos, drenagem), com a política de desenvolvimento urbano, no território (município, RMBH, bacias hidrográficas); (iii) a gestão integrada de resíduos sólidos urbanos; (iv) o planejamento, avaliação e atualização tecnológica em todos os subsetores, com ênfase em águas pluviais e gestão de resíduos sólidos; (v) controle e mitigação de riscos: zoneamento de áreas de risco, análise de vulnerabilidade e planejamento de contingência; (vi) efeitos de escala metropolitana: formulação integrada de políticas de saneamento e ambientais, treinamento e capacitação.



Uso do solo, dinâmica imobiliária e escalas de centralidades metropolitanas

O uso e a ocupação do solo apresentam-se como a materialização das relações socioeconômicas no território, revelando, através do espaço construído formal e informal, as relações de dependência e complementaridade das questões intra-urbanas.

Apresentam-se como elemento articulador de muitos outros temas que fazem parte do Plano Metropolitano da RMBH, revelando assim importante inter-relação com as diversas áreas de conflitos de interesses e motivações que caracterizam as disputas pelo espaço da metrópole. Destacam-se, nesse contexto, as características da dinâmica imobiliária, no que se refere às condições de acesso à terra urbana, particularmente à moradia, das quais resultam diferentes tipologias de parcelamento, uso e ocupação do solo, e graus diferenciados de atendimento por infraestrutura, bens e serviços urbanos, que retratam relações socioeconômicas desiguais, bem como limitações ao pleno exercício do direito à cidade.

Essa leitura da organização do espaço metropolitano é também reforçada pela abordagem das centralidades urbanas, entendida como a rede de polarizações a partir da concentração e diversificação de atividades. Outra abordagem refere-se à dimensão simbólica das centralidades a partir do conceito de lugar, espaço vivido, impregnado de relações afetivas como locais de encontro e sociabilidade, referenciais de identidade metropolitana em suas diferentes escalas.

Calcado em premissas de promoção da função social da propriedade, de sustentabilidade urbano-ambiental e de gestão democrática das cidades, o Plano Metropolitano deverá se associar às leituras técnicas e comunitárias do território para a formulação de uma proposta de reestruturação do espaço metropolitano que contemple:

1. a compatibilização dos Planos Diretores Municipais e instrumentos de controle do uso do solo locais para o pleno desenvolvimento das funções metropolitanas de interesse comum, com destaque para as questões relacionadas ao transporte coletivo, saneamento ambiental e habitação de interesse social e;
2. a garantia de instâncias permanentes de planejamento, controle urbanístico e gestão participativa, com representação ampliada da sociedade civil, com ênfase nos setores populares, frequentemente excluídos dos processos de decisão.



Sistema de informação, comunicação e mobilização social

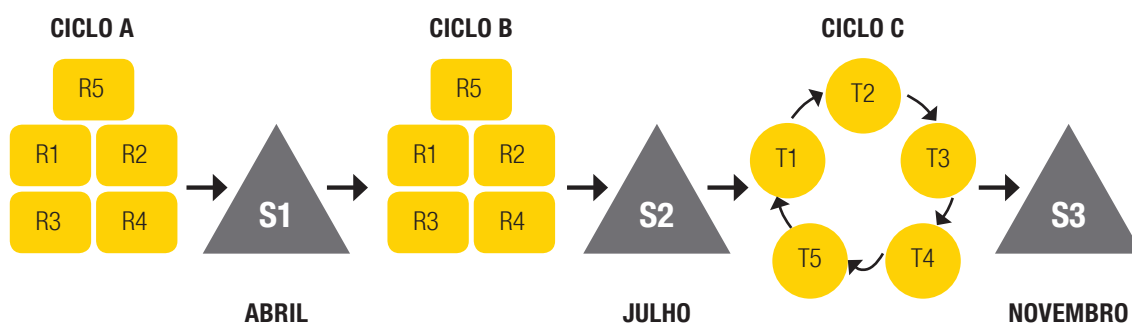
Buscando apoiar os trabalhos técnicos e manter a sociedade sempre bem informada, o Plano Metropolitano prevê a construção de um Sistema de Informações e Comunicação, que reunirá os dados e propostas produzidos nos estudos e colhidos nos debates com a sociedade. Esse sistema é o embrião de uma central integrada de informações, que acompanha todo o processo e articulará as bases de dados dos municípios e do Estado. Considerando a extensão territorial da RMBH e o grande número de pessoas envolvidas, serão utilizados outros recursos de comunicação, como sítio na internet e boletins eletrônicos, impressos periódicos e peças publicitárias. Pretende-se, assim, criar um processo permanente de colaboração e troca de informações entre o Sistema de Gestão Metropolitano, universidades, órgãos públicos e a sociedade.

A rede de mobilização e os canais de articulação iniciados em 2009 com a elaboração do “Projeto Vetor Norte e Rodoanel”, envolvendo 16 municípios da RMBH, serão ampliados e fortalecidos com a incorporação de novos agentes. Os órgãos públicos metropolitanos terão papel relevante como articuladores do processo. O intuito é legitimar a elaboração do Plano Metropolitano, garantindo intervenções sociais e urbanas responsáveis e usos adequados dos espaços públicos e privados.

A mobilização social do processo participativo ocorre em duas etapas. A primeira, iniciada no segundo semestre de 2009, tem o objetivo de tornar pública a concepção do Plano Metropolitano e iniciar o processo de discussão pública em vários eventos: o Seminário de Apresentação para prefeitos, órgãos do Estado e imprensa; a II Conferência Metropolitana e duas Oficinas de Integração Regionais, culminando com o Seminário de Planejamento Metropolitano, com experiências de planejamento urbano e metropolitano de outros países e do Brasil.

A partir de fevereiro de 2010, o processo de elaboração do Plano Metropolitano tem três ciclos de debates públicos, sendo os dois primeiros regionalizados e o último com temas específicos. Tanto no primeiro ciclo como no segundo, as oficinas ocorrem aglutinando, parcialmente, grupos de municípios, considerando os critérios de proximidade, existência de consórcio ou outra forma de articulação ou identidade intermunicipal. Além desses ciclos, serão realizados três seminários estruturantes, envolvendo todos os agentes públicos e a sociedade civil metropolitana, para permitir uma visão integrada do Plano Metropolitano por meio de subsídios técnicos, debates e pactuações.

Processo Participativo 2010



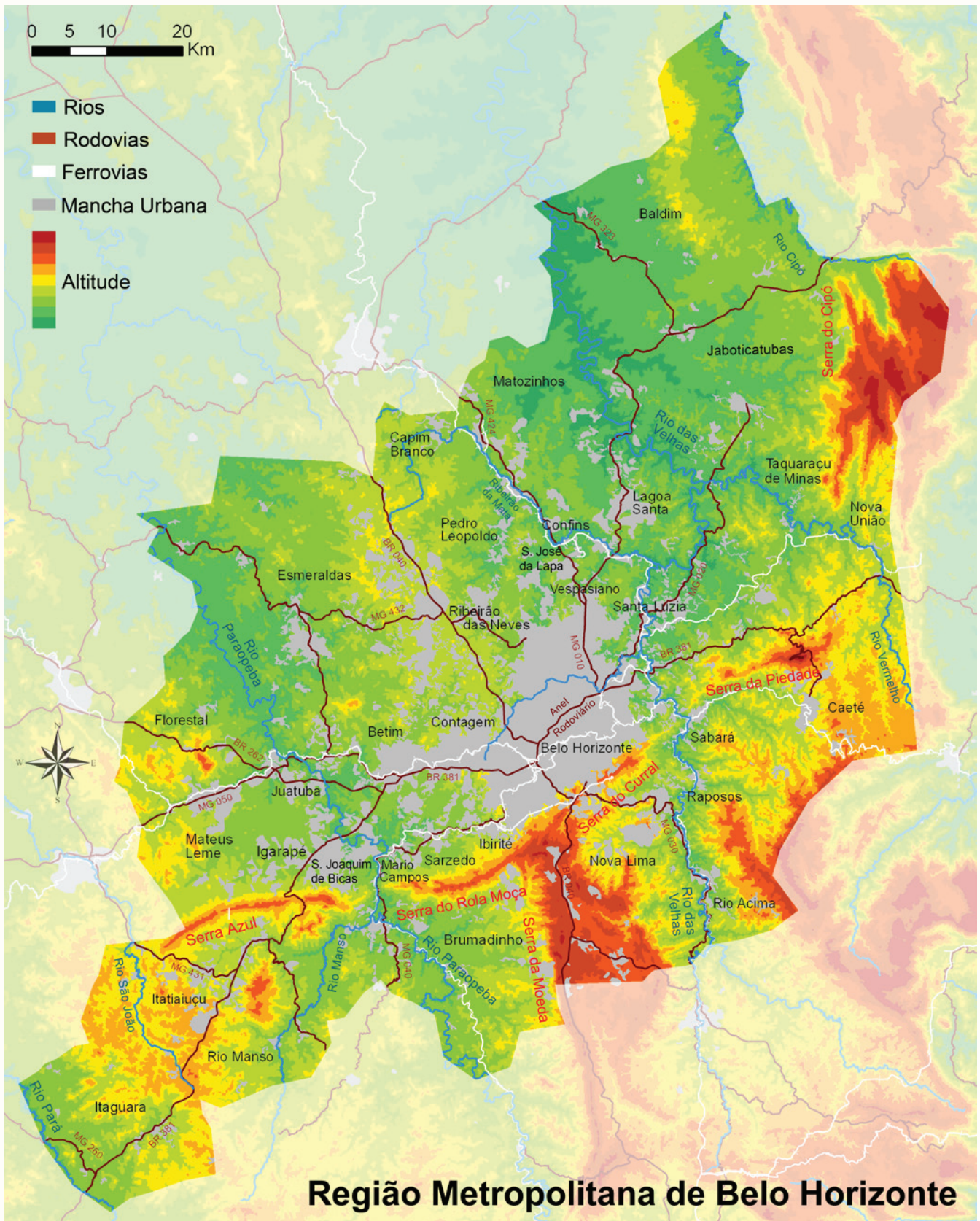
Grupos de municípios para oficinas de discussão

REGIÃO	MUNICÍPIOS
R1 Leste	Taquaraçu de Minas, Nova União, Caeté, Rio Acima, Raposos, Baldim, Nova Lima e Jaboticatubas
R2 Oeste	Florestal, Igarapé, Juatuba, Mateus Leme, Betim e Esmeraldas
R3 Sudoeste	Itaguara, Itatiaiuçu, Mário Campos, Sarzedo, São Joaquim de Bicas, Rio Manso, Ibirité e Betim
R4 Rede 10	Belo Horizonte, Brumadinho, Sabará, Ibirité, Contagem, Nova Lima, Ribeirão das Neves, Santa Luzia, Betim e Vespasiano
R5 Com 10	Confins, Capim Branco, Lagoa Santa, Matozinhos, Pedro Leopoldo, São José da Lapa, Esmeraldas, Ribeirão das Neves, Santa Luzia, Vespasiano, Jaboticatubas e Baldim

R – Oficinas Regionalizadas por Grupos de Municípios

S – Seminários Estruturadores

T – Oficinas Temáticas



Concepção e elaboração: Grupo MOM (Morar de Outras Maneiras) e Laboratório de Geoprocessamento. Escola de Arquitetura - Universidade Federal de Minas Gerais

